

ENTREGUE NO
I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2013

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD.

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER:

EM ____/____/____

DESPACHO:

EM ____/____/____

EM 2014 / 02 / 15

202724506

13364

(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)

(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

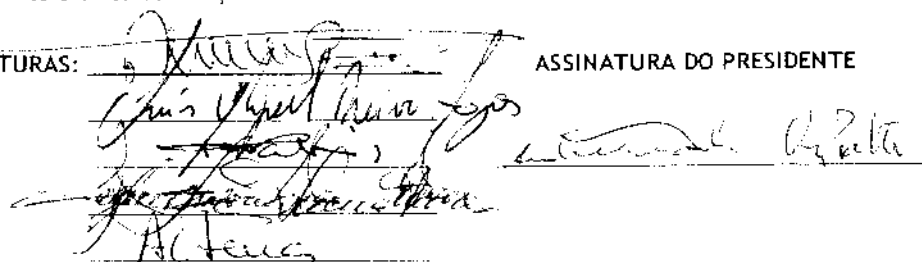
LOCAL: Oliveira do Hospital

Trinta e um de março de 2014

DATA: vinte e cinco de março de 2014

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE



ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2013	5
1 – Envolvente.....	5
2 – Atividade.....	6
➤ Apoio à 3ª Idade	7
➤ Apoio à Infância.....	7
➤ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.....	8
➤ Atividade Hospitalar – Consultas	11
➤ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas	13
➤ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde.....	13
3 – Investimentos	14
➤ Ampliação das Instalações do Infantário	14
➤ Implementação de caldeiras a pellets para aquecimento	15
➤ Substituição das janelas e melhoria da iluminação do edifício do Lar de 3ª Idade	15
➤ Implementação do novo servidor	15
4 – Gastos de Produção.....	16
5 – Recursos Humanos	18
6 – Perspetiva para o futuro.....	20
BALANÇO	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	23
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	25
1 Identificação da Entidade.....	26
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	26
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	26
3.1 Bases de Apresentação	27
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	33

5	Ativos Fixos Tangíveis.....	33
6	Ativos Intangíveis	35
7	Locações	36
8	Custos de Empréstimos Obtidos	36
9	Inventários.....	37
10	Rédito	37
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	38
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	39
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	39
14	Imposto sobre o Rendimento	39
15	Benefícios dos empregados	39
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	40
17	Outras Informações.....	40
17.1	Investimentos Financeiros	41
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	41
17.3	Clientes e Utentes	41
17.4	Outras contas a receber	42
17.5	Diferimentos.....	42
17.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	43
17.7	Fundos Patrimoniais	43
17.8	Fornecedores.....	44
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	44
17.10	Outras Contas a Pagar	45
17.11	Outros Passivos Financeiros	45
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	45
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	46
17.14	Outros rendimentos e ganhos.....	46

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains a small graphic of a person and some text that is difficult to read.

17.15	Outros gastos e perdas.....	46
17.16	Resultados Financeiros.....	47
17.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	47
ANEXOS		49
ATA CONSELHO FISCAL.....		50
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS		51
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS		53



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2013

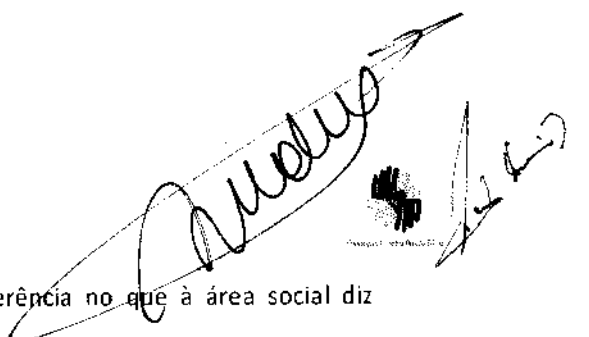
Ditam os estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, que no final de cada ano civil se proceda à apresentação de contas e relatório de atividades do ano.

1 – Envolvente

É do conhecimento geral que o nosso país tem vindo a atravessar nos últimos anos uma acentuada crise económica e social que tem afetado instituições, empresas e por conseguinte, as famílias. Como tal, também a F.A.A.D. tem vivido os últimos tempos com esta situação de crise a pairar no seu horizonte. No entanto, cremos acreditar que são estes períodos menos favoráveis que contribuem para que nos possamos tornar ainda mais fortes. Assim, pretendemos neste relatório demonstrar que mesmo num contexto menos auspicioso conseguimos apresentar resultados favoráveis para a Instituição. Estes resultados são benéficos em termos de sustentabilidade, não só para a Instituição, mas também para todos aqueles que diariamente recorrem aos nossos serviços, nossa prioridade.

Sendo a F.A.A.D. uma Instituição que atua em diversas áreas, tem-se vindo a verificar que é na atividade hospitalar que mais se têm feito sentir os efeitos da crise económica que assola o país. Deparando-se as famílias com reduções, por vezes consideráveis, no seu rendimento mensal, resultado de cortes orçamentais e de situações de desemprego, em alguns casos bastante prolongadas, é necessário que estas definam algumas prioridades. Verifica-se então, que algumas famílias têm vindo a prorrogar as suas deslocações junto dos prestadores de cuidados de saúde, pois o valor a pagar por esses cuidados assume uma percentagem considerável nos diminutos rendimentos auferidos.

Ainda no que à atividade hospitalar diz respeito, importa salientar que a par dos limites impostos em 2012 à atividade cirúrgica, também no ano 2013 fomos surpreendidos com o que veio a culminar em mais reduções. Assim, foi-nos imposta uma nova tabela de GDH's (Grupos de Diagnósticos Homogéneos) que, em algumas patologias, apresenta valores bastante mais reduzidos do que a anterior. Daqui resulta que para determinados diagnósticos cirúrgicos, o valor que nos seria pago, quase não suporta os gastos inerentes à realização da intervenção. Foi então necessário, reajustar o valor pago a título de honorários, bem como verificar a possibilidade de se continuarem a realizar determinadas intervenções nas nossas instalações.



Sendo a F.A.A.D., também uma instituição de referência no que à área social diz respeito, importa referir que, os níveis de interesse por parte das famílias nos nossos serviços se têm mantido estáveis.

No que concerne à 3ª idade, os níveis de ocupação do ano 2013 vão de encontro ao que se tem vindo a verificar nos últimos anos, tanto na resposta social de lar, como nas restantes (centro de dia e apoio domiciliário).

Relativamente à infância, e proporcionando a nossa instituição uma diversidade de atividades que contribuem positivamente para o crescimento saudável das crianças, denota-se que os pais fazem um esforço para que os seus filhos continuem a usufruir dos nossos serviços. Encontrando-se algumas famílias a atravessar situações económicas complicadas, temos verificado que, o esforço das mesmas vai no sentido de proporcionar às suas crianças as melhores condições de crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, este conselho de administração proveu pela ampliação do infantário como solução para a procura dos serviços em detrimento do aluguer de instalações, cujos contratos foram denunciados. Será ao longo deste ano letivo que as mesmas serão colocadas ao serviço das quase duas centenas de crianças que frequentam o infantário sede. Além das crianças que frequentam a sede, temos ainda crianças a frequentar o Infantário Sarah Beirão em Travanca de Lagos, do qual temos a gestão. Apesar destas crianças não usufruírem diretamente deste novo espaço físico, o mesmo contribuirá para potenciar meios para também melhorar as condições de aprendizagem e crescimento das crianças.

Por fim, e no que respeita às cantinas sociais, este foi um ano em que um maior número de famílias recorreu a este serviço. Tal, prende-se com o facto de muitas famílias se encontrarem em situações de carência económica. De modo a que este serviço pudesse chegar a famílias além de Oliveira do Hospital, a F.A.A.D. estabeleceu protocolos com três instituições do nosso concelho. Assim, estas fornecem as refeições e posteriormente são ressarcidas do valor correspondente, que nos é pago pela Segurança Social.

2 – Atividade

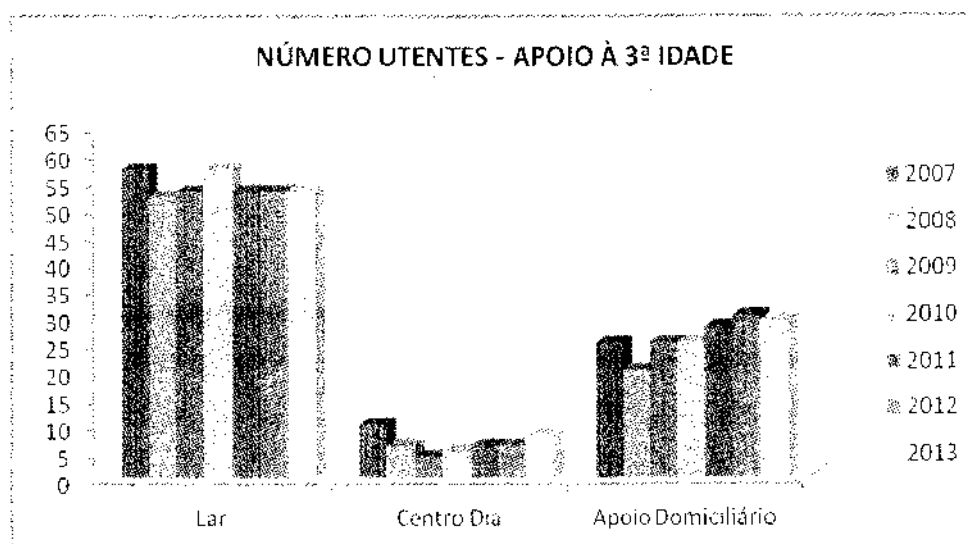
Neste ponto descreveremos com maior exatidão alguns aspetos que são de especial relevo na atividade da F.A.A.D..

De modo a que seja possível aferir com maior exatidão os valores associados à atividade das diversas áreas de intervenção da F.A.A.D., passamos a apresentar alguns dados que nos

elucidam não só para esses valores, mas também para a evolução que se tem vindo a verificar nas várias áreas.

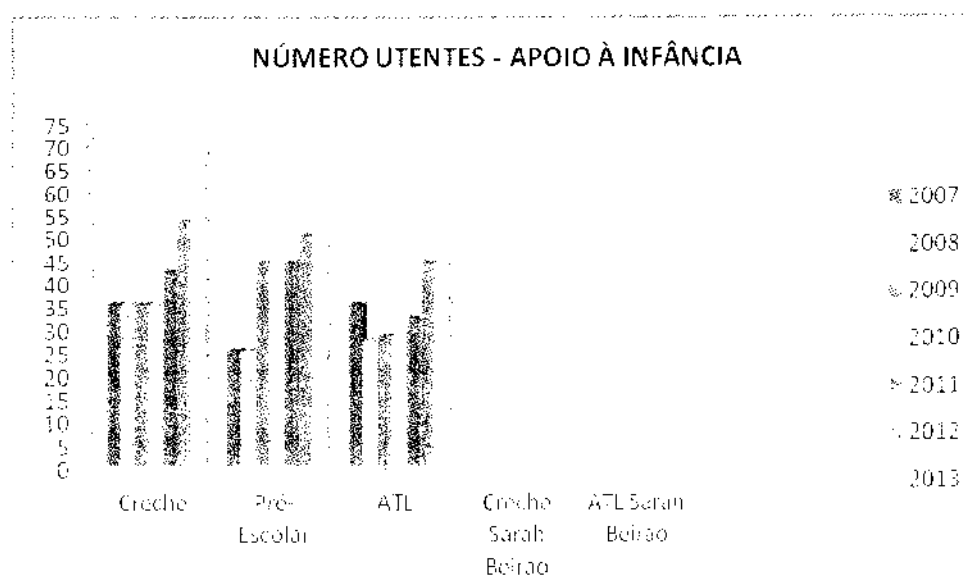
[Handwritten signature]
[Stamp: Direção Regional de Saúde - Região de Lisboa]
[Handwritten signature]

➤ Apoio à 3ª Idade



Aqui denota-se que, relativamente às três respostas sociais de apoio à 3ª idade, os níveis de ocupação nos últimos anos se têm mantido estáveis, verificando-se algumas oscilações, embora ténues, nas respostas sociais de centro de dia e apoio domiciliário.

➤ Apoio à Infância



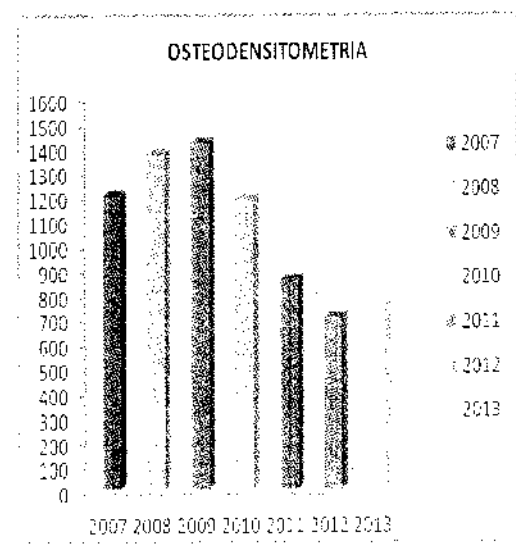
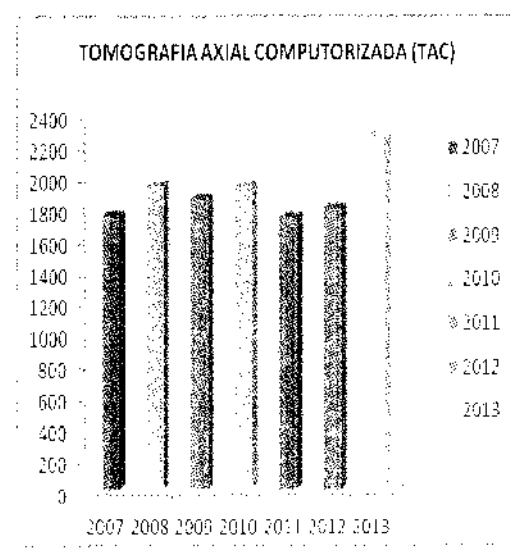
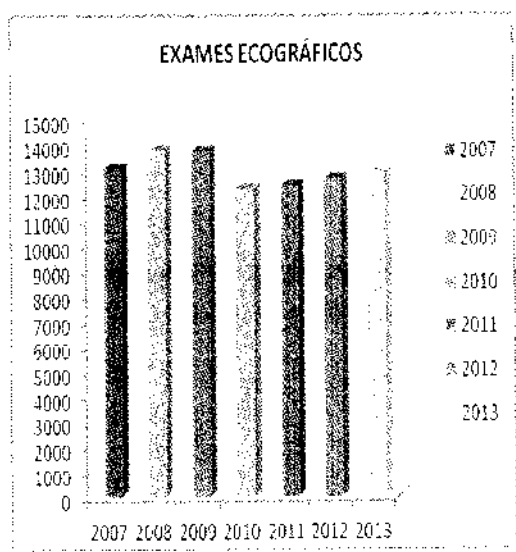
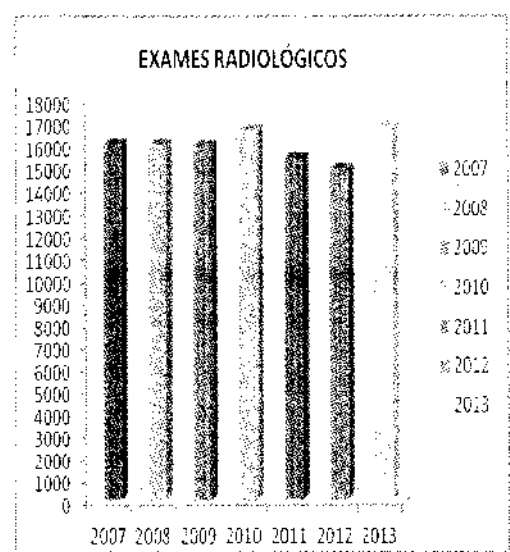
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

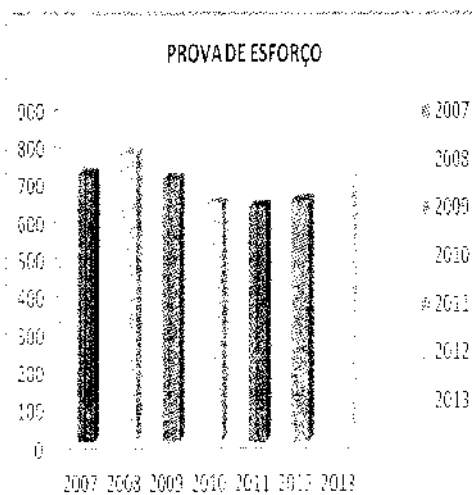
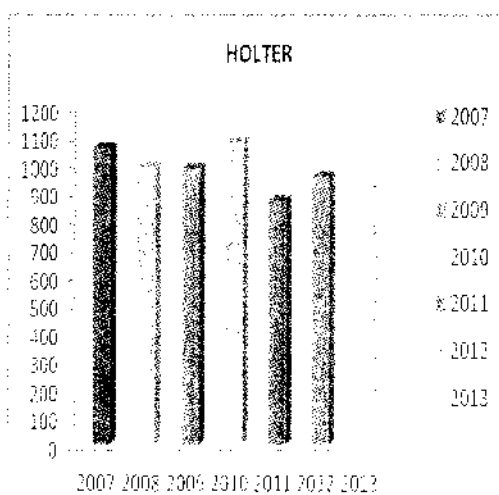
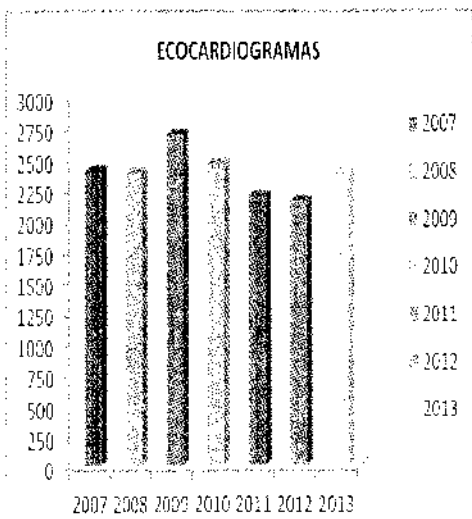
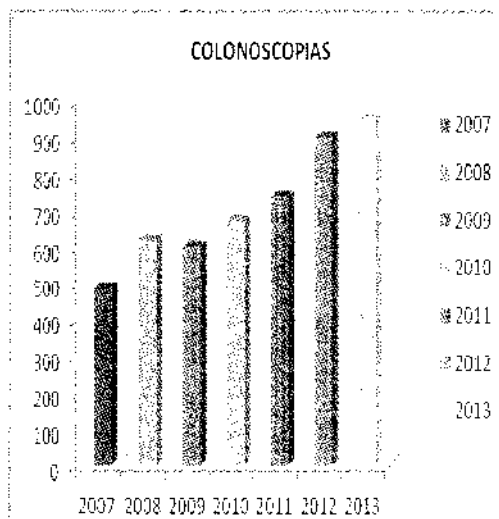
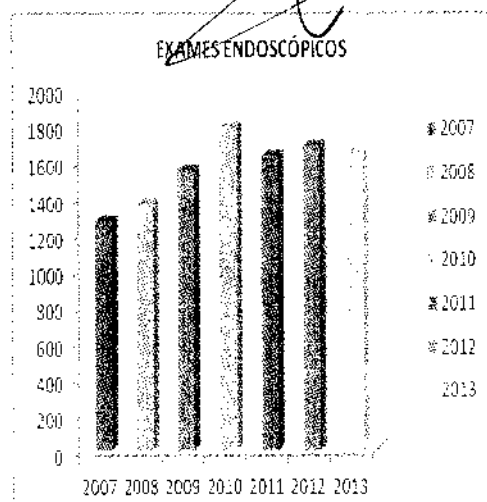
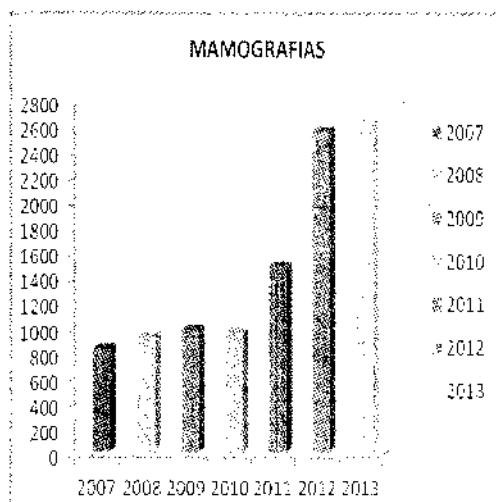
[Small logo]

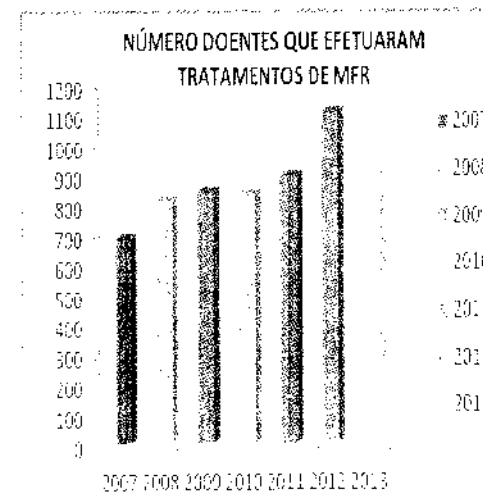
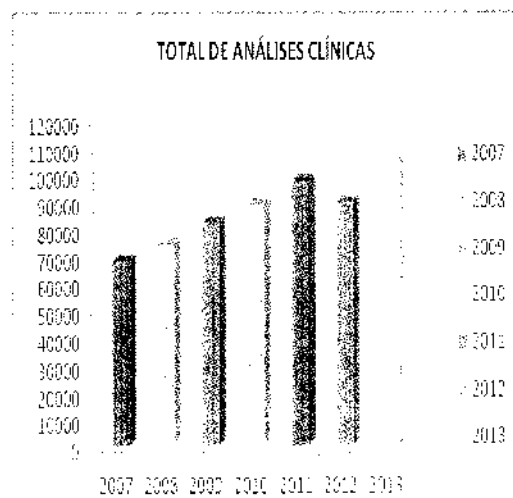
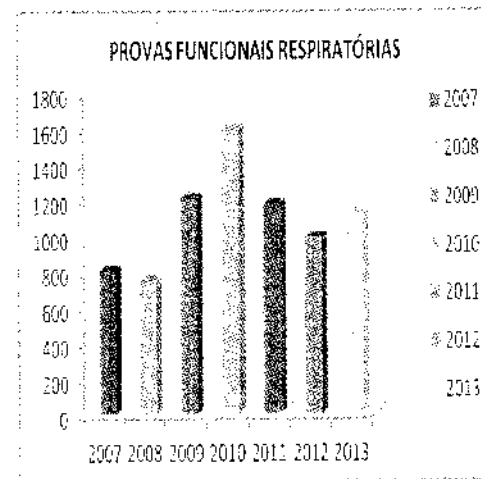
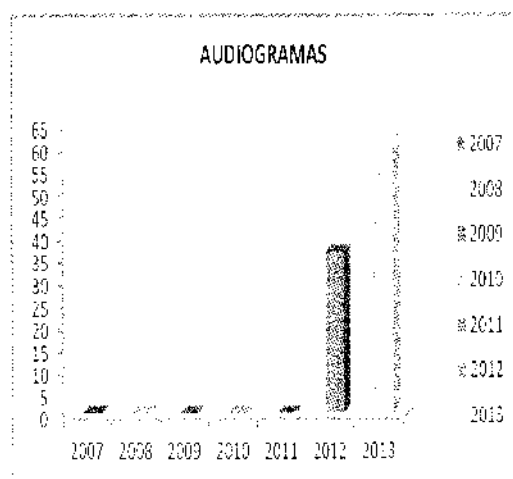
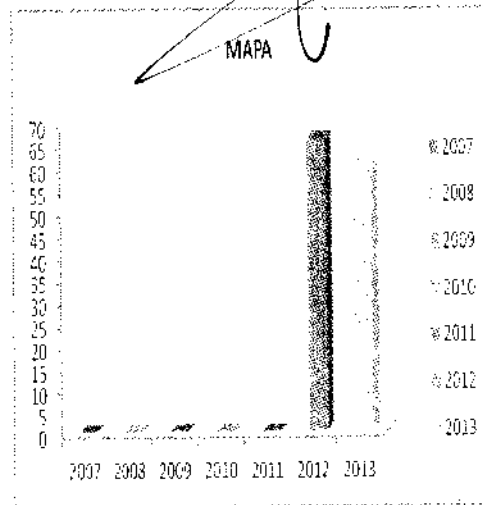
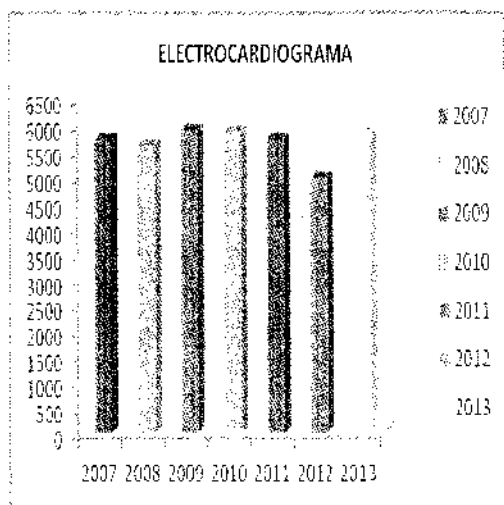
Neste ponto e no que respeita às respostas sociais que integram o apoio à infância, verifica-se que o maior acréscimo de utentes se encontra na resposta social de creche.

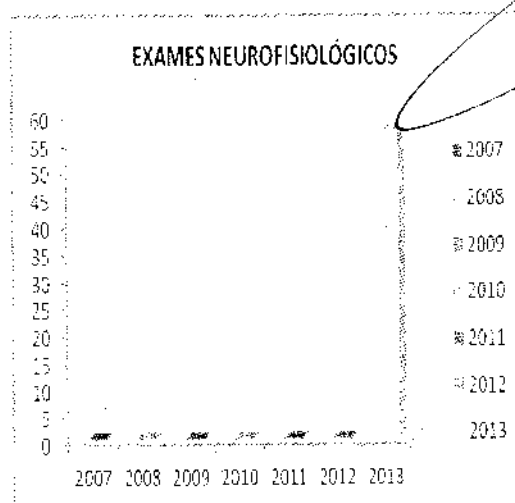
➤ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica



Handwritten signature and stamp

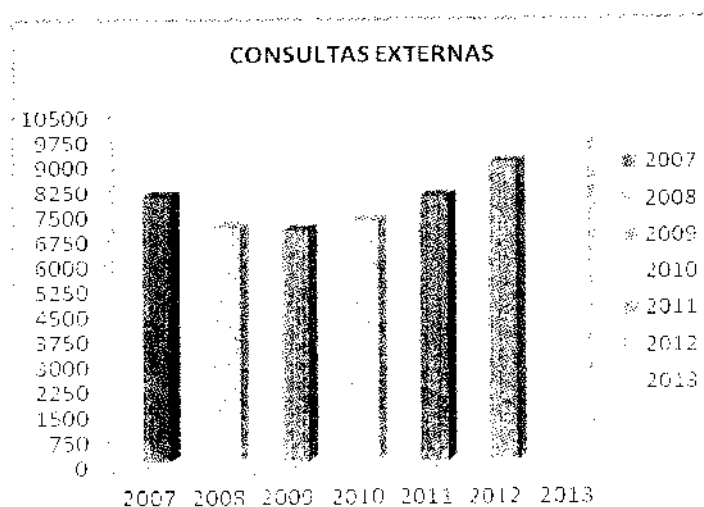


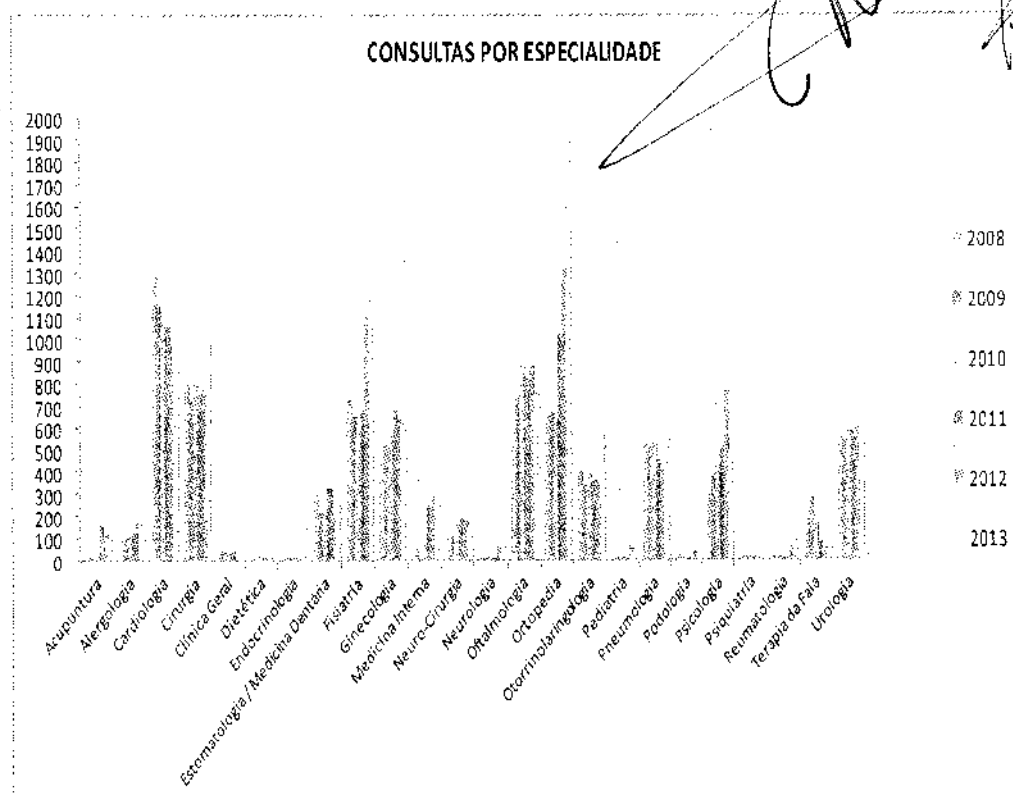




Analisando os gráficos supra apresentados, verifica-se que no decorrer deste ano houve mais pessoas a realizar determinados exames, salientando-se os exames radiológicos, a TAC, os exames na área da Cardiologia, os Audiogramas e as Análises Clínicas. Neste ponto, evidencia-se o facto de se ter alargado o âmbito de atuação no que respeita à realização de Meios Complementares de Diagnóstico, tendo-se iniciado a realização de exames na área da Neurofisiologia, mais precisamente Eletromiografias. Realizaram-se então, ao longo deste ano 57 exames nesta área, o que é bastante positivo, uma vez que este é um exame que se realiza apenas a título particular e a sua realização na F.A.A.D. iniciou-se apenas no mês de setembro.

➤ Atividade Hospitalar – Consultas

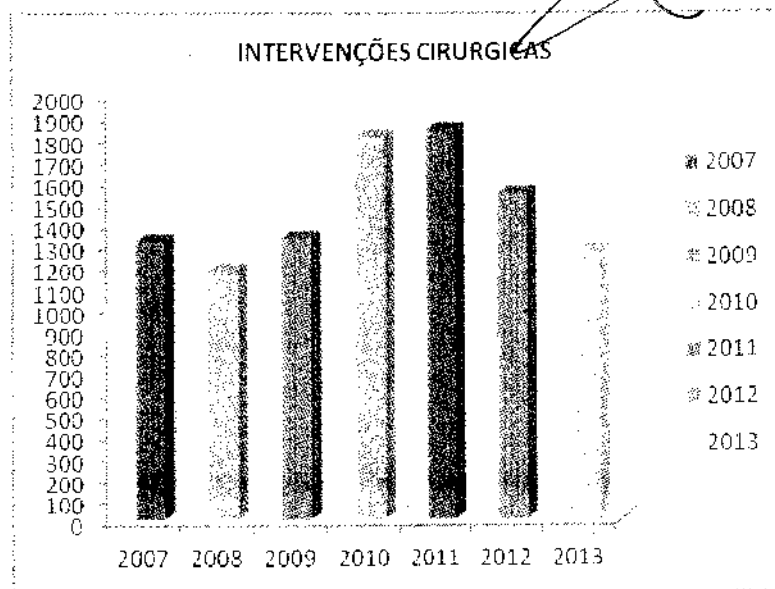




No que respeita às consultas de especialidade, verifica-se que no decurso do ano 2013 houve um acréscimo de produção na ordem das 900 consultas. As especialidades que, em relação ao ano transato, sofreram um aumento mais expressivo foram as das áreas de Ortopedia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Geral e Pneumologia. Aqui, ressalva-se o facto de na especialidade de Otorrinolaringologia se ter conseguido reduzir o tempo de espera para primeira consulta em aproximadamente um ano, sendo neste momento de mais ou menos dois anos. Esperamos conseguir, no decorrer do próximo ano, diminuir consideravelmente este tempo de espera, que apesar de ser menor ainda não é o desejado.

Denotou-se que nas especialidades de Psicologia e Oftalmologia houve um decréscimo considerável em relação ao ano anterior.

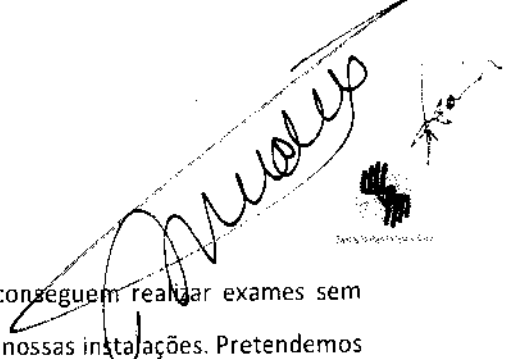
➤ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas



Relativamente à atividade cirúrgica na F.A.A.D., e de acordo com o apresentado no gráfico acima, verifica-se uma redução do número de intervenções cirúrgicas realizadas de, aproximadamente 300 intervenções. Tal, prende-se, não só com o facto de já em 2012 nos terem sido impostos limites no que respeita a atividade cirúrgica, mas também com os valores que a nova tabela de GDH's apresenta.

➤ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde

Tendo a F.A.A.D. adquirido uma Unidade Móvel de Saúde (em resultado da candidatura à Medida 3.2.2 do PRODER) no final do ano 2012, foi no início do ano seguinte que a mesma entrou em funcionamento. Um dos principais aspetos que conduziu à criação e implementação deste serviço foi o facto de estarmos conscientes de que, sendo o acesso a cuidados de saúde, um direito inerente à vida humana, tal nem sempre se verifica. Deste modo, traçámos este projeto com o principal objetivo de contribuir para a aproximação dos cuidados de saúde às populações residentes nos locais mais limítrofes do nosso concelho e essencialmente à população mais idosa, que por vezes apresenta carências a nível económico e social. Tal, já se verificou no decorrer do ano 2013, pois a Unidade Móvel tem feito visitas semanais a algumas aldeias do nosso concelho, onde são realizadas colheitas de sangue e marcações de exames. Esta tem sido uma experiência bastante gratificante, uma vez que se tem verificado que para



as pessoas este é um serviço de grande utilidade porque conseguem realizar exames sem terem de se deslocar à sede de concelho onde se localizam as nossas instalações. Pretendemos alargar a área de atuação deste serviço ao maior número possível de aldeias, pois só assim conseguiremos colocar plenamente em prática este serviço que acreditamos ser essencial para a melhoria contínua e significativa da saúde de todos aqueles que apresentam maiores carências. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital encontra-se a avaliar este projeto, aguardando esta Instituição a definição por parte daquele organismo de qual o seu empenho para o seu sucesso, nomeadamente a comparticipação nos gastos.

É de referir que uma das grandes preocupações da F.A.A.D. é a comunidade envolvente, pelo que nos temos vindo a manter sempre atentos às suas necessidades. Por vezes, somos solicitados por diferentes entidades a ter parte ativa em diversos eventos que ocorrem no nosso concelho, de modo a que em caso de necessidade esteja assegurada a presença e disponibilidade dos meios técnicos e humanos imprescindíveis a uma pronta intervenção.

3 – Investimentos

Com o cenário de crise que se instalou no nosso país a realização de investimentos tem vindo a tornar-se cada vez mais complicada. Apesar deste facto, a F.A.A.D. ao longo do ano 2013 conseguiu proceder à realização de diversos investimento que serão de elevado benefício para a atividade da Instituição. Espera-se deste modo, conseguir que os nossos utentes/clientes usufruam das melhores condições físicas e por conseguinte da melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados. De seguida, faremos uma breve descrição dos investimentos realizados, bem como dos contributos que cada um individualmente ou em conjunto propicia para a F.A.A.D..

➤ Ampliação das Instalações do Infantário

Ainda no decorrer do ano 2012, verificou-se que as instalações existentes, no que respeita à prestação de serviços no âmbito da infância, se tornaram manifestamente insuficientes. Deste modo, deu-se início ao projeto de ampliação destas instalações, em 2013. Este investimento representou um movimento de fundos na ordem dos 514.551,44€. Pretendemos com este investimento melhorar significativamente as condições de permanência das nossas crianças, de modo a assegurar que estas dispõem de todos os recursos que são essenciais para o seu desenvolvimento físico e intelectual, num local onde se integram todas as respostas sociais de apoio à infância.

➤ Implementação de caldeiras a pellets para aquecimento

Este é um investimento que há algum tempo se mostrava necessário na nossa Instituição, devido ao crescente aumento que, nos últimos anos, se tem verificado no preço do gás, que utilizávamos como combustível para o aquecimento. Foram então, colocadas duas caldeiras independentes a pellets, sendo uma delas responsável pelo aquecimento do hospital e a outra pelo do lar e infantário. O valor associado à implementação destes equipamentos foi na ordem dos 63.049,80€. Além da poupança associada à utilização das pellets em detrimento do gás, é de salientar as melhorias que a utilização deste combustível acarreta a nível ambiental, uma vez que estas são produzidas partindo de serragem ou serradura de madeira refinada ou seca, não implicando o derrube e destruição da floresta.

➤ Substituição das janelas e melhoria da iluminação do edifício do Lar de 3ª Idade

Remontando o edifício do lar ao ano de 1988, verificou-se a necessidade de proceder a alguns ajustamentos nas caixilharias e na iluminação, de modo a aumentar e garantir os níveis de eficiência energética do mesmo, bem como o conforto dos utentes. Foi então realizada uma candidatura ao projeto Mais Centro na tentativa de obter algum financiamento para a realização deste investimento, o que se veio a verificar. Desta forma, o total do investimento foi de 54.095,40€, dos quais 90% foram financiados a fundo perdido. Denotou-se uma melhoria significativa nas condições proporcionadas aos utentes que diariamente utilizam este espaço. A manutenção de condições agradáveis em termos de ambiente interior tornou-se menos dispendiosa, uma vez que todas as janelas e portas se encontram devidamente isoladas. Também a nível de iluminação se verificaram melhorias de considerável relevo, quer a nível de poupança como da qualidade da luz.

➤ Implementação do novo servidor

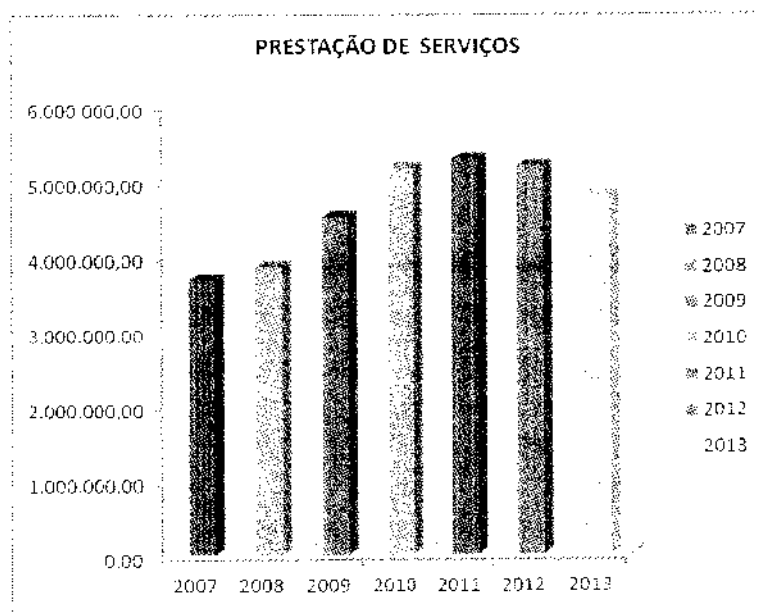
Foi adquirido um novo servidor tecnologicamente mais avançado que veio contribuir para a melhoria no funcionamento do sistema informático, sendo o investimento de 15.710,79€. Este apresenta uma maior capacidade de armazenamento, tem mais velocidade e um nível de segurança bastante mais elevado, o que é de importância extrema.

É possível então, rentabilizar os serviços, uma vez que se minimizam falhas informáticas. Tudo isto contribui fortemente para a melhoria dos nossos serviços, essencialmente no que respeita ao atendimento direto dos utentes/cliente.

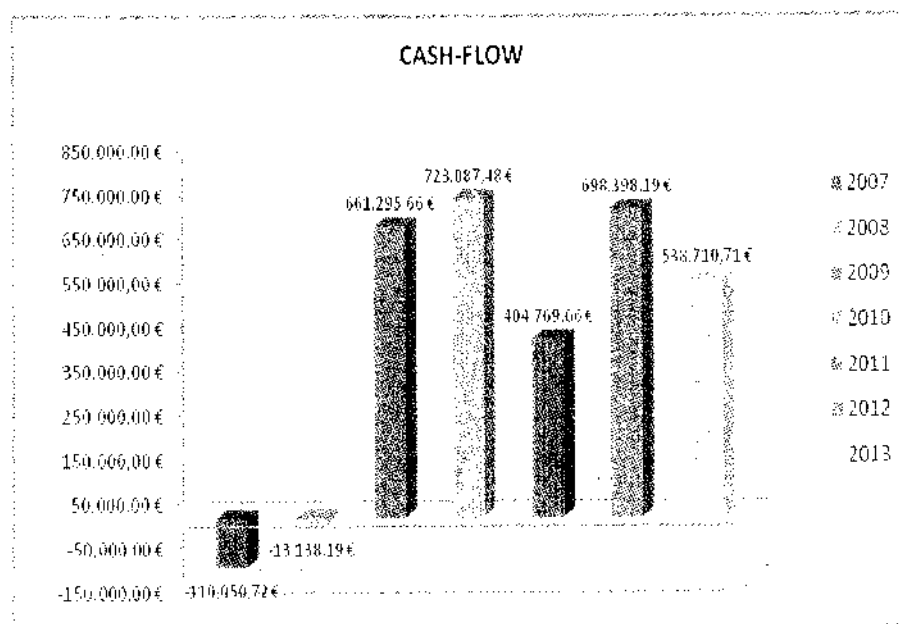
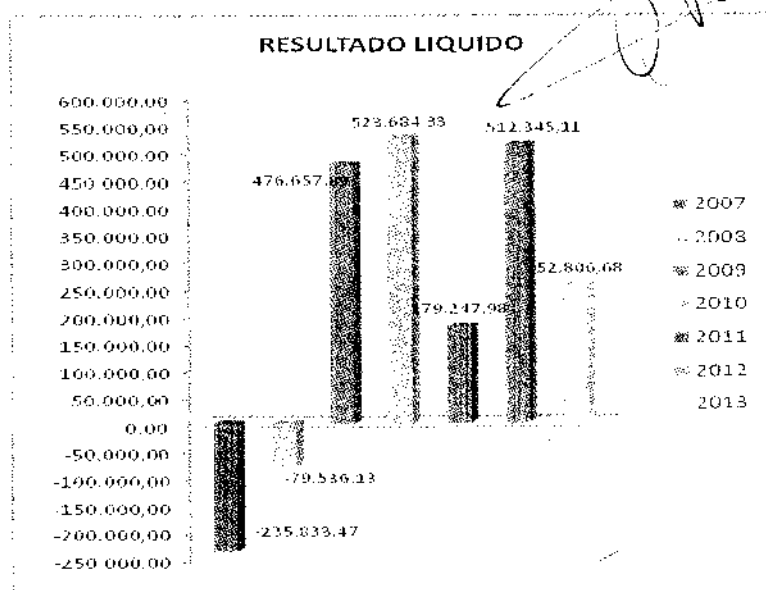
4 – Gastos de Produção

[Handwritten signature]

No que respeita à produção na atividade hospitalar, verificou-se um decréscimo no valor da faturação. Tal prende-se com o facto de no ano transato nos terem sido impostos limites à faturação. Deste modo, o valor faturado em 2013 sofre um decréscimo relativamente ao ano 2012 na ordem dos 395.000,00€.



Relativamente aos valores expressos no gráfico supra apresentado, importa referir que além da redução do valor da faturação na ordem dos 395.000,00€, há ainda que ressaltar o facto de na globalidade da faturação se encontrar incluído o valor respeitante à atividade do último trimestre do ano 2012 que, por imposição da Administração Regional de Saúde, só pode ser faturada em janeiro de 2013. Sendo esse valor de aproximadamente 192.000,00€, verifica-se que em 2013 houve um decréscimo efetivo de atividade que em valor se aproxima fortemente dos 587.000,00€. Aqui, importa salientar o facto de também em 2013, termos sido impedidos pela ARS Centro de faturar, nesse mesmo ano, o valor referente ao mês de dezembro, que representa um valor aproximado de 125.000,00€. Deste modo, é necessário ter em conta esta situação, uma vez que tal aumentaria o valor das prestações de serviços de 2013. Estes valores, foram então faturados em janeiro de 2014.

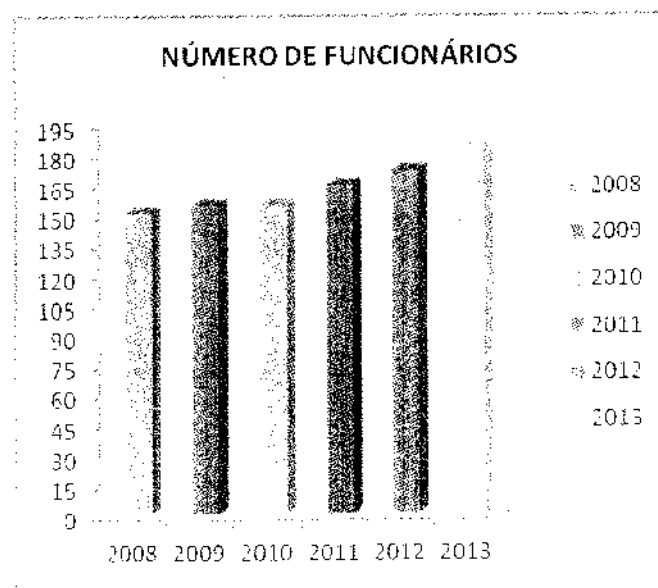


Como se pode aferir da análise aos gráficos supra apresentados, e apesar de todas as imposições de que a F.A.A.D. foi vítima por parte da Administração Regional de Saúde no decorrer dos últimos anos, foi possível obter um resultado positivo que contribui fortemente para a continuidade do que tem vindo a ser a atividade da Instituição.

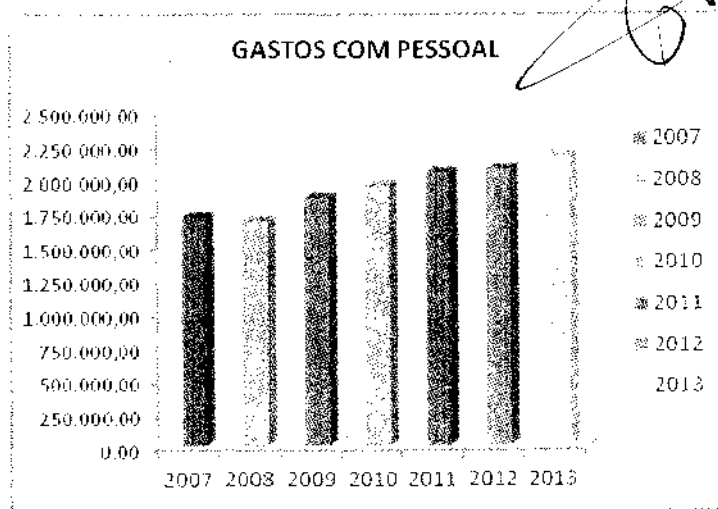
5 – Recursos Humanos

Nos últimos anos a nossa Instituição tem vindo a aumentar o número de colaboradores, tal como se verifica a partir da tabela e da representação gráfica que se segue. Este aumento de colaboradores resulta essencialmente do facto de terem sido convertidos alguns contratos de prestação de serviços em contratos de trabalho sem termo.

	LAR	APOIO DOMICILIÁRIO	ATL	CRECHE	EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR	HOSPITAL	SERVIÇOS SUBSIDIÁRIOS COMUNS	CENTRO DIA	TOTAL
2008	17	4	4	7	7	78	29	4	150
2009	18	3	3	8	7	77	34	4	154
2010	18	3	3	8	7	77	34	4	154
2011	19	3	1	14	8	88	29	2	164
2012	20	3	1	14	8	93	30	2	171
2013	23	3	2	15	11	93	32	2	181



Em resultado deste aumento de colaboradores, verifica-se um incremento dos gastos associados às despesas com pessoal na ordem dos 90.000,00€. Apresenta-se de seguida um gráfico alusivo a essa situação, de modo a clarificar a evolução que a Instituição tem vindo a ter nesta área.



Como se tem vindo a verificar em anos anteriores, a formação é um aspeto que temos vindo a privilegiar. Como tal, também no ano 2013 apostamos na formação dos nossos colaboradores, pois só deste modo conseguimos profissionais cada vez mais qualificados, o que acreditamos ser uma mais-valia para os nossos serviços. Neste âmbito, realizamos uma candidatura à medida 3.6 – Qualificação para Profissionais de Saúde do POPH – Programa Operacional Potencial Humano, cuja apreciação se mostrou positiva. Foi então aprovada a realização de alguns cursos, tendo um deles decorrido ao longo do ano 2013 e os restantes transitado para o ano corrente.

Apresentamos então os cursos aprovados, nos quais os nossos colaboradores terão participação ativa:

- Noções Gerais Sobre a Pele e Sua Integridade (25 horas): trabalhando os nossos profissionais com pessoas que, em muitas situações, apresentam peles mais fragilizadas, é de crucial importância que estes estejam devidamente elucidados do modo como devem agir em cada situação (formação já realizada);

- Prevenção e Controlo da Infecção - Princípios Básicos a Considerar na Prestação de Cuidados de Saúde (50 horas): apresentando as Instituições de saúde um risco acrescido no que respeita a infeções é importante que os nossos colaboradores tenham os conhecimentos necessários para trabalhar neste âmbito, de modo, a minimizar possíveis situações de risco (formação a realizar no ano 2014);

- Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Saúde (50 horas): esta formação certamente trará vantagens acrescidas no bom funcionamento da Instituição, pois passaremos a ter colaboradores com noções mais claras dos conceitos associados a esta temática. Depois

dos conceitos serem devidamente apreendidos, mais facilmente se conseguem colocar em prática os procedimentos mais adequados (formação a realizar no ano 2014);

- Qualidade na Saúde (25 horas): sendo a qualidade, um fator que contribui fortemente para o sucesso da nossa Instituição, apostamos também na formação dos nossos colaboradores nesta área, de modo a que consigamos aumentar e garantir os níveis de qualidade dos nossos serviços (formação a realizar no ano 2014);

- Gestão de Inscritos para Cirurgia (75 horas): com este curso esperamos melhorar os nossos serviços no que respeita à gestão da lista de espera para cirurgia, de modo a minimizar situações em que o agravamento do estado clínico esteja eminente (formação a realizar no ano 2014).

Acreditamos que todas estas formações terão um impacto extremamente positivo no que são os resultados da FAAD, uma vez que a qualificação dos nossos profissionais tem implicação direta na melhoria da qualidade dos serviços prestados, que é o pilar basilar para o sucesso dos projetos que temos vindo a desenvolver e dos que desenvolveremos posteriormente.

6 – Perspetiva para o futuro

Com todos os constrangimentos que se têm vindo a verificar na área da saúde, é com especial atenção que perspetivamos o futuro. Acresce que, já este ano, houve um decréscimo de 1% na generalidade dos atos da tabela de GDH'S e, nesta data, ainda não reunimos com a ARS Centro para a contratualização dos serviços para o corrente ano, nem se vislumbra a saída de uma tabela de atos para o setor social, apesar de pré-anunciada no ano passado. Essa indefinição coloca-nos numa situação de difícil gestão de recursos e estabelecimento de estratégias e objetivos. Forçando o querer ser prático e prospetivo, há que tirar partido das situações e encontrar formas de contornar os obstáculos.

Sem descurar a convicção de que temos pela frente grandes desafios, estaremos sempre atentos a novas oportunidades, assim como às necessidades da comunidade, à sustentabilidade da Instituição e à manutenção de padrões de qualidade.

Este desiderato faz parte dos desígnios da Fundação, sendo certo que a mudança de dois membros do Conselho de Administração, já que foi reconduzido o seu Presidente para um novo mandato de quatro anos, em nada altera esta atitude. Pelo contrário, a entrada destes elementos vem imbuída dum espírito de continuidade e reforçada determinação de levar por diante a vontade do nosso fundador Aurélio Amaro Diniz.

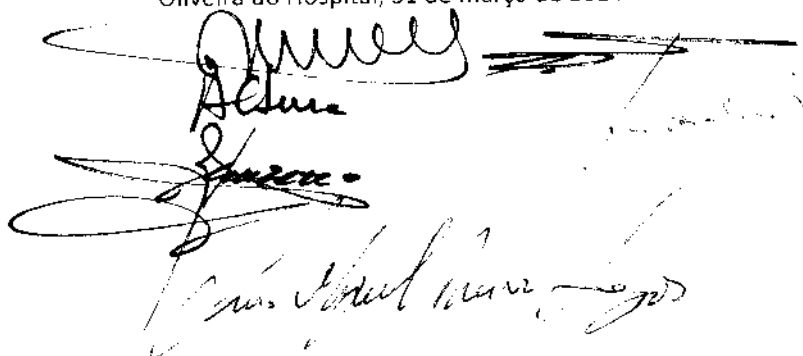
Com esse propósito, foi já este ano submetida uma versão aprovada dos Estatutos adequados à nova Lei-quadro das Fundações, que assim que registada irá ocasionar o reforço do número de pessoas no órgão de administração, que passará a ser composto por sete elementos ao invés dos atuais cinco.

É chegado o momento de prestar o nosso agradecimento especial a todos os que contribuem para o bom funcionamento e sucesso da nossa Instituição. Lembramos então, todos os funcionários, que trabalham com afinho e dedicação, fazendo todos os esforços para que os nossos serviços sejam de qualidade e reconhecidos como tal; a todos os que voluntariamente aqui prestam serviço, dando o seu contributo para o bom funcionamento da Instituição; a todas as entidades externas que, de algum modo, cooperam com a FAAD e, por fim, a todos os membros dos órgãos sociais que se dedicam com afinho para garantir o sucesso e bom nome desta casa.

Fica ainda uma palavra especial aos elementos do Conselho de Administração que, cessando o seu mandato, deixaram de pertencer a este órgão. A todos o nosso agradecimento pelo esforço e dedicação ao longo destes quatro anos!

Para que possamos dar continuidade ao legado deixado pelo nosso fundador Aurélio Amaro Diniz, é imprescindível a colaboração e o apoio de todos. Só desta forma, conseguiremos corresponder de modo mais satisfatório às necessidades dos nossos utentes/clientes.

Oliveira do Hospital, 31 de março de 2014



BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Contribuinte: 500 746 621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2013	31 DEZ 2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	3.825.197,89	3.375.578,71
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	12.019,43	0,00
Investimentos financeiros	17.1	5.078,20	6.078,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3.843.295,52	3.381.656,91
Activo corrente			
Inventários	9	74.931,39	62.496,23
Clientes	17.3	1.495.788,13	1.041.701,21
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	65.492,36	3.939,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	17.4	170.087,47	200.669,15
Diferimentos	17.5	3.977,95	5.478,38
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.6	277.868,73	661.375,69
		2.088.146,03	1.975.660,23
Total do activo		5.931.441,55	5.357.317,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1.591.388,23	1.591.388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	1.706.195,59	1.193.850,48
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.156.829,18	1.147.071,21
		4.454.413,00	3.932.309,92
Resultado líquido do período		252.806,68	512.345,11
Total do fundo de capital		4.707.219,68	4.444.655,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101.684,04	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		101.684,04	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	754.196,09	582.630,84
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	58.315,94	47.577,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	17.10	310.025,80	282.453,54
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		1.122.537,83	912.662,11
Total do passivo		1.224.221,87	912.662,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.931.441,55	5.357.317,14

A Direcção

O Responsável

Doc. 13169



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Contribuinte: 500 746 621
Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZ 2013	31 DEZ 2012
Prestações de serviços	10	4.795.855,00	5.191.579,34
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	760.010,38	721.032,33
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1.041.057,24	1.156.015,33
Fornecimentos e serviços externos	17.13	1.976.635,52	2.129.832,17
Gastos com o pessoal	15	2.155.756,77	2.065.714,17
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.2.6	7.418,49	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	101.684,04	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	174.717,13	157.489,45
Outros gastos e perdas	17.15	8.321,63	5.354,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		439.708,82	713.184,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	184.219,99	187.849,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		255.488,83	525.335,22
Juros e rendimentos similares obtidos	17.16	6.712,19	2.403,94
Juros e gastos similares suportados	17.16	9.394,34	15.394,05
Resultados antes de impostos		252.806,68	512.345,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		252.806,68	512.345,11

A Direcção

O Responsável

Tec n.º 19364

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

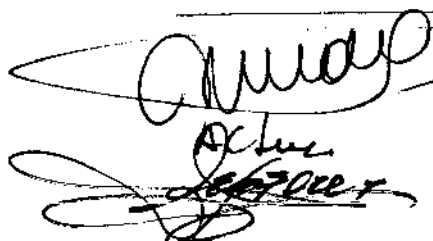
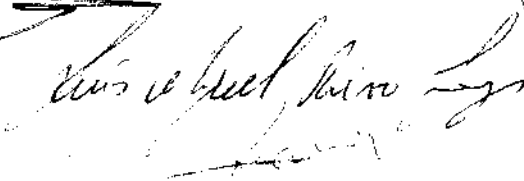
FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2013

Contribuinte: 500 746 621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	5.040.287,01	5.709.087,86
Recebimentos de Subsídios à Exploração	760.010,38	721.032,33
Recebimentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	35.119,45	37.053,94
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a Fornecedores	3.803.506,91	3.467.117,96
Pagamentos ao PESSOAL	1.437.816,80	1.439.569,87
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	593.993,13	1.560.486,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-525.017,90	-640.713,42
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	68.975,23	919.770,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	506.695,18	103.062,72
Activos intangíveis	16.065,28	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	22.495,82	22.404,89
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	50.464,60	77.208,79
Juros e rendimentos similares	6.712,19	4.078,31
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	-443.087,85	629,27
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	329.987,13
Juros e gastos similares	9.394,34	15.394,05
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	-9.394,34	-345.381,18
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-383.506,96	575.018,97
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	661.375,69	86.356,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	277.868,73	661.375,69

A Direcção

O Responsável

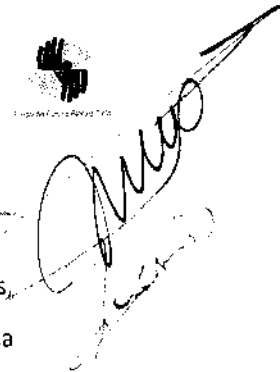



Tel: nº 17364



Fundação Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2013



1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS" é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital. Tem por objetivo contribuir para a promoção da população do concelho de Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

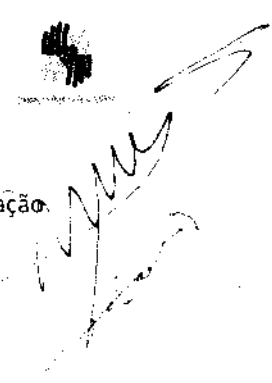
Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (sustentabilidade).

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Muniz
2017

Pelo regime de depreciação utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas.

Não foram geradas mais ou menos valias decorrentes da venda de ativos fixos tangíveis.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídos todos os bens que anteriormente se registavam como "Propriedades de Investimento".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.4 Investimentos financeiros

A F.A.A.D. é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor da aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio para os inventários o LIFO, acreditando que não se verificariam alterações significativas se o método utilizado fosse o Custo Médio Ponderado. Foi iniciado o processo de utilização do custo médio ponderado, porem fazendo testes aos



Handwritten signature and date 2012

resultados apercebemo-nos de uma incongruência de valores, pelo que se manteve o registo anterior.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Foi criada uma imparidade no valor de 7.418,49€, em resultado do pagamento efetuado em 2011 a título de vencimentos aos funcionários do Infantário “Kikas”. Constitui-se a imparidade, uma vez que a graduação de créditos revela que este valor se tornará, em princípio, irrecuperável.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

➤ **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

À data de 31 de dezembro não havia qualquer empréstimo com saldo, estando negociada uma conta corrente caucionada na CCAM de Oliveira do Hospital no montante máximo de utilização de 800 mil €.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação

posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Cumprindo a F.A.A.D. estas normas, não existem na Instituição quaisquer rendimentos sujeitos a IRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Tal como se verificou no ano transato, foi efetuada a imputação do IVA a recuperar relativo a 50% do valor do IVA suportado com as despesas relativas a prédios no decorrer do ano 2013. Este valor corresponde a 65.492,36€.

5 Ativos Fixos Tangíveis

➤ Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2012 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2012					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.304.633,60 €	- €	- €	12.026,55 €	- €	1.316.660,15 €
Edifícios e outras construções	4.096.135,09 €	- €	- €	27.704,07 €	- €	4.068.431,02 €
Equipamento Básico	1.339.745,04 €	119.127,20 €	8.101,51 €	16.911,95 €	- €	1.433.858,78 €
Equipamento transporte	155.253,03 €	61.466,79 €	691,33 €	8.287,03 €	- €	207.741,46 €
Equipamento Administrativo	378.969,84 €	25.337,84 €	53.134,40 €	10.071,88 €	- €	361.245,16 €
Outros Ativos fixos tangíveis	3.271,02 €	680,39 €	- €	21.426,72 €	- €	25.378,13 €
Total	7.278.007,62 €	206.612,22 €	61.927,24 €	9.377,90 €	- €	7.413.314,70 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2.236.778,42 €	84.544,93 €	- €	22.117,95 €	- €	2.299.205,40 €
Equipamento básico	1.231.660,86 €	63.334,39 €	8.101,51 €	11.754,84 €	- €	1.298.648,58 €
Equipamento de transporte	152.140,52 €	18.479,21 €	691,33 €	9.338,98 €	- €	179.267,38 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	301.048,88 €	20.302,86 €	53.134,40 €	2.558,27 €	- €	270.775,61 €
Outros Activos fixos tangíveis	16.364,83 €	1.188,04 €	- €	10.912,05 €	- €	6.640,82 €
Total	3.937.993,51 €	187.849,43 €	61.927,24 €	9.377,91 €	- €	4.054.537,79 €

	2013					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.316.660,15 €	94,03 €	12.026,55 €	- €	- €	1.304.727,63 €
Edifícios e outras construções	4.068.431,02 €	631.696,64 €	10.000,00 €	- €	- €	4.690.127,66 €
Equipamento básico	1.433.858,78 €	5.373,30 €	- €	40,80 €	- €	1.439.191,28 €
Equipamento de transporte	207.741,46 €	- €	- €	- €	- €	207.741,46 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	361.245,16 €	8.391,85 €	- €	0,11 €	- €	369.636,90 €
Outros Activos fixos tangíveis	25.378,13 €	1.090,88 €	- €	- €	- €	26.469,01 €
Investimentos em Curso	3.837,60 €	- €	- €	- €	- €	3.837,60 €
Total	7.417.152,30 €	646.646,70 €	22.026,55 €	40,91 €	- €	8.041.731,54 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2.299.205,40 €	97.045,03 €	9.138,52 €	- €	- €	2.387.111,91 €
Equipamento básico	1.298.648,58 €	46.054,62 €	- €	6.631,99 €	- €	1.351.335,19 €
Equipamento de transporte	179.267,38 €	15.366,70 €	17.626,01 €	- €	- €	177.008,07 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	270.775,61 €	20.519,75 €	- €	863,38 €	- €	292.158,74 €
Outros Activos fixos tangíveis	6.640,82 €	1.188,04 €	- €	1.090,88 €	- €	8.919,74 €
Total	4.054.537,79 €	180.174,14 €	26.764,53 €	8.586,25 €	- €	4.216.533,65 €

Procedeu-se à reclassificação de alguns ativos fixos tangíveis de modo a melhor refletir a respetiva natureza. Estas transferências e reclassificações foram de pequeno valor, materialmente irrelevante.

Na rubrica “Edifícios e Outras Construções” também se encontram registados todos os bens que até ao ano transato se denominavam por “Investimentos Financeiros”.

6 Ativos Intangíveis

➤ Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2012 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2012						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Activos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Activos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €

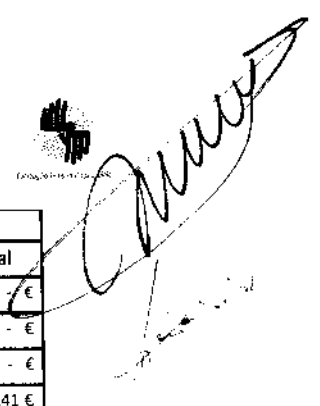
2013						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	- €	16.065,28 €	- €	- €	- €	16.065,28 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Activos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	16.065,28 €	- €	- €	- €	16.065,28 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	- €	4.045,85 €	- €	- €	- €	4.045,85 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Activos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	4.045,85 €	- €	- €	- €	4.045,85 €

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



Descrição	2013			2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Locações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Descobertos Bancários	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contas caucionadas	6.066,06 €		6.066,06 €	4.823,41 €	- €	4.823,41 €
Contas Bancárias de Factoring	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contas bancárias de letras descontadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Empréstimos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €

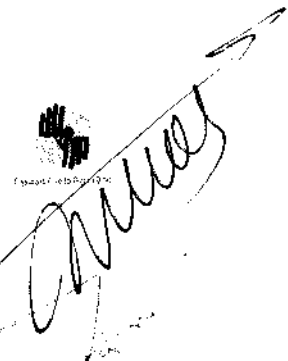
9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2012				2013			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	63.538,35 €	1.154.973,21 €	- €	62.496,23 €	1.053.492,40 €	- €	74.931,39 €	
Produtos acabados e intermédias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	63.538,35 €	1.154.973,21 €	- €	62.496,23 €	1.053.492,40 €	- €	74.931,39 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1.156.015,33 €	- €	- €	1.041.057,24 €	
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

10 Rédito

Para os períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



Descrição	2013	2012
Vendas	24.764,95 €	27.031,33 €
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	515.554,68 €	535.087,38 €
Promoções para captação de recursos	4.255.535,37 €	4.629.460,63 €
Total	4.795.855,00 €	5.191.579,34 €

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

> Provisões

Nos períodos de 2012 e 2013, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2012	Aumentos	Diminuições	2013
Impostos	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	- €	- €	- €	- €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €
Reestruturação	- €	- €	- €	- €
Provisões específicas do sector	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	101.684,04 €	- €	101.684,04 €
Total	- €	101.684,04 €	- €	101.684,04 €

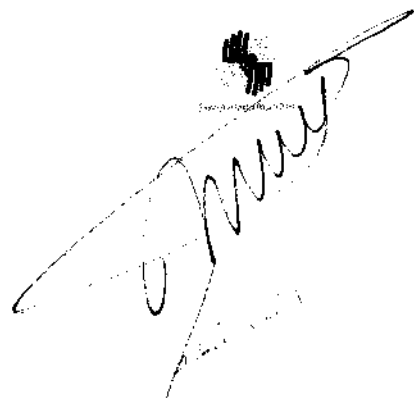
A constituição desta provisão resulta do facto de a Segurança Social ter reivindicado a devolução de verbas recebidas de acordos de cooperação da resposta social de creche relativo à gestão efetuada da "Casa Sarah-Beirão", de Travanca de Lagos, cujo processo ainda não está encerrado por seguir para recurso hierárquico, por se discordar da decisão.

➤ **Passivos contingentes**

Não se aplica.

➤ **Ativos contingentes**

Não se aplica.



12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2013	2012
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	575.863,46 €	536.146,24 €
IEFP - Centro Emprego de Arganil	71.483,04 €	56.013,35 €
Autarquias	68.837,02 €	56.777,67 €
POPH	9.686,79 €	- €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	2.345,10 €	- €
Apoios do Governo		
Total	728.215,41 €	648.937,26 €

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2013 e 2012, foram, prospectivamente 5 e 5, não sendo processadas quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2012 foi de 171 e em 31/12/2013 foi de 181.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Remunerações aos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações ao pessoal	1.748.061,00 €	1.736.081,94 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre as Remunerações	341.403,53 €	311.035,93 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.423,71 €	7.219,08 €
Gastos de Acção Social	3.215,00 €	- €
Outros Gastos com o Pessoal	46.653,53 €	11.377,22 €
Total	2.155.756,77 €	2.065.714,17 €

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2013, foram de 3.500,00€ e 6.000,00€, respetivamente.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



Associação Paróquia do Hospital

[Handwritten signature]

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2012, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2013	2012
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6.078,20 €	6.078,20 €
Outros investimentos financeiros	- €	- €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	6.078,20 €	6.078,20 €

Descrição	2013	2012
Cooperativa Rádio Boa Nova	5.000,00 €	5.000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1.078,20 €	1.078,20 €
Total	6.078,20 €	6.078,20 €

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2013 e 2012 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2013	2012
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	1.513.709,80 €	1.059.622,88 €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	17.921,67 €	17.921,67 €
Utentes	- €	- €
Total	1.495.788,13 €	1.041.701,21 €

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

Descrição	2013	2012
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	125.371,35 €	192.991,66 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	52.134,61 €	7.677,49 €
Perdas por Imparidade	- 7.418,49 €	- €
Total	170.087,47 €	200.669,15 €

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Gastos a Reconhecer		
Valor a pagar aos médicos (Meses de outubro, novembro e dezembro de 2012)	- €	3.241,94 €
Seguros	3.977,95 €	5.478,38 €
Total	3.977,95 €	8.720,32 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	- €	- €

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2013	2012
Caixa	172,42 €	3.249,91 €
Depósitos à ordem	277.676,76 €	658.125,78 €
Depósitos a prazo	- €	- €
Outros	19,55 €	- €
Total	277.868,73 €	661.375,69 €

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.591.388,23 €	- €	- €	1.591.388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	1.193.850,48 €	512.345,11 €	- €	1.706.195,59 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.147.071,21 €	50.558,63 €	40.800,66 €	1.156.829,18 €
Total	3.932.309,92 €	562.903,74 €	40.800,66 €	4.454.413,00 €

Procedeu-se à transferência do resultado positivo do exercício de 2012 para a conta de “Resultados Transitados” no valor de 512.345,11€, de acordo com o deliberado em Assembleia Geral realizada em oito de abril de 2013.

Verificaram-se algumas alterações patrimoniais positivas que resultam da imputação de um subsídio relativo a um projeto do “Mais Centro – CCDRC” no valor de 50.464,60€.

As variações patrimoniais negativas resultam da imputação anual dos diversos subsídios (POEFDS, MASES, PRODER, + Centro – CCDRC) de que a Instituição beneficiou nos últimos anos.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/c	754.196,09 €	582.630,84 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e	- €	- €
Total	754.196,09 €	582.630,84 €

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	65.492,36 €	3.939,57 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	65.492,36 €	3.939,57 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	17.460,42 €	11.883,89 €
Segurança Social	40.841,00 €	35.693,44 €
Outros Impostos e Taxas	14,52 €	- €
Total	58.315,94 €	47.577,33 €

A rubrica do ativo respeita ao imposto que esperamos receber relativamente ao reembolso de 50% do valor do IVA pago no decorrer do ano, em resultado das melhorias, recuperação e ampliação de edifícios.

Os valores apresentados no Passivo respeitam ao montante a pagar pela Instituição ao Estado, a título de retenção na fonte de IRS, encargos sociais com Segurança Social e Fundo de Compensação relativamente a todos os rendimentos pagos pela F.A.A.D. em dezembro de 2013.

17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2013		2012	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	288.620,48 €	- €	264.212,00 €
Remunerações a pagar	- €	288.620,48 €	- €	264.212,00 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	- €	- €	- €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	15.000,00 €
Credores por acréscimo de gastos	- €	21.245,84 €	- €	3.241,94 €
Outros credores	- €	159,48 €	- €	- €
Total	- €	310.025,80 €	- €	282.453,94 €

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2013 e 2012, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2013	2012
Subsídios do Estado e outros entes públicos	728.215,41 €	713.449,45 €
Subsídios de outras entidades	21.798,75 €	4.634,03 €
Doações e heranças	9.996,22 €	2.948,85 €
Legados	- €	- €
Total	760.010,38 €	721.032,33 €

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota

12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Subcontratos	34.406,07 €	36.943,01 €
Serviços especializados	1.697.840,91 €	1.820.223,82 €
Materiais	26.845,18 €	38.328,50 €
Energia e fluidos	169.347,91 €	158.556,54 €
Deslocações, estadas e transportes	16.619,99 €	12.468,23 €
Serviços diversos	31.575,46 €	63.312,07 €
Total	1.976.635,52 €	2.129.832,17 €

17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Rendimentos Suplementares	35.119,45 €	37.053,94 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.398,92 €	1.674,37 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	1.173,11 €	- €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	23.540,82 €	22.404,89 €
Outros rendimentos e ganhos	113.484,83 €	96.356,25 €
Total	174.717,13 €	157.489,45 €

17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2013	2012
Impostos	4.022,04 €	4.226,74 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dividas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	4.299,59 €	1.128,06 €
Total	8.321,63 €	5.354,80 €

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2013	2012
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	711,88 €	4.823,41 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	8.682,46 €	10.570,64 €
Total	9.394,34 €	15.394,05 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.690,09 €	2.403,94 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	22,10 €	- €
Total	6.712,19 €	2.403,94 €
Resultados Financeiros	- 2.682,15 €	- 12.990,11 €

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

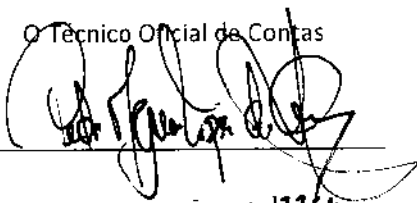
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2014, de acordo com ata número 376.

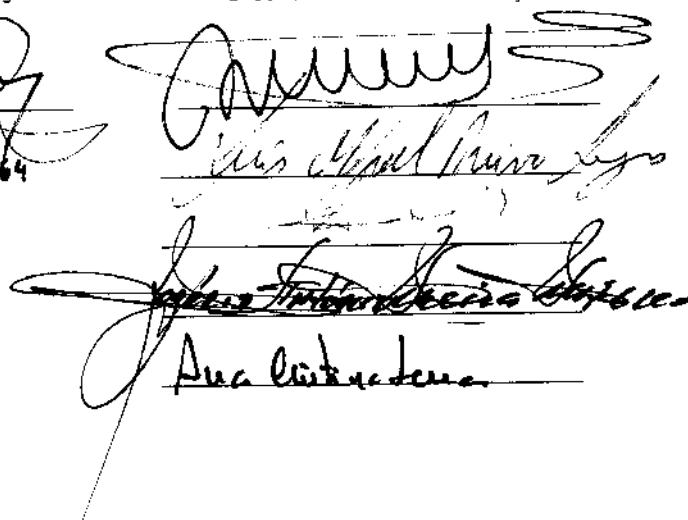
Oliveira do Hospital, 26 de março de 2014

O Técnico Oficial de Contas



Handwritten signature of the Technical Official of Accounts, with the text "OC nº 13364" written below it.

O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the members of the Board of Administration, with the text "Ana Cristina" written below the last signature.

ANEXOS

ATA CONSELHO FISCAL



Amus

ACF nº 51

No vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e setecenta e sete, na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, reuniu o Conselho Fiscal com a totalidade dos seus membros, tendo por ordem de trabalho a análise dos documentos entregues pelo Conselho de Administração, nomeadamente o relatório de atividades, balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e anexo relativo ao ano transato.

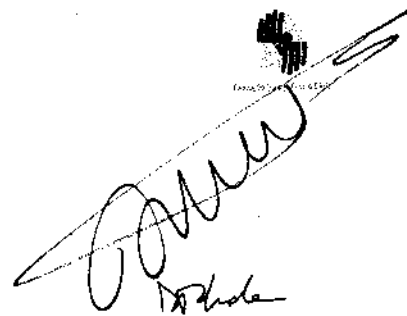
Foram analisados os documentos e focalizados na formação do resultado líquido, a destacar a diminuição de quarenta e sete mil euros na prestação de serviços frente à impossibilidade de manter a formação a nível do Serviço Nacional de Saúde e, pela positiva, a redução dos custos com materiais e fornecimentos e serviços externos, representativa da eficiência atingida na atividade operacional da instituição. De registo também a prudência registada face a novas contingências no processo "Casa Perfeita", pelo que nos pareceu que o resultado líquido do período face à comparabilidade com o ano de dois mil e sete se encontra em crescimento acentuado.

Assim, resolvemos que o valor do resultado líquido apresentado de sessenta e cinquenta e dois mil, setecenta e seis euros e sessenta e sete centavos seja aprovado em sede de assembleia geral da Liga do Amigo. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelas presentes.

[Assinatura]
Secretaria da Assembleia

Fúria José Costa e Silva Falcão do Brito.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Ordem dos Revisores Oficiais de Contas" around its perimeter. The signature is slanted and appears to be "A. Amaro".

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, as quais compreendem o Balanço em 31/12/2013 (que evidencia um total de 5 931 441,55 euros e um total de fundos patrimoniais de 4 707 219,68 euros, incluindo um resultado líquido de 252 806,68 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Amoroso

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS em 31/12/2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros Requisitos Legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Tal como referido no Anexo, a entidade entende que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

Oliveira do Hospital, 28 de Março de 2014.

Daniel Martins Geraldo Taborda

Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC 1479

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS



Convocatória:

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

31 de março de 2014, segunda-feira, pelas 20:30,

no Lar 3ª Idade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Ponto de situação sobre a revisão estatutária para adequação à Lei-quadro das Fundações;
- e) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 12 de março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos

(Dr. António Freire Lobo Vaz Pato)

Ata nº 36

Às trinta e um dias no mês de março do ano dois mil e oitoeze, no local de terceira idade da Fundação Benício Azevedo Diniz, reuniu a Liga de Amigos em sessão ordinária, de acordo com a convocatória datada de doze de março, com a seguinte ordem de trabalho:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior.
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transato, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados.
- d) Ponto de situação sobre a revisão estatutária para adequação à Lei-quadro das Fundações;
- e) Outros assuntos de interesse para a Instituição.

A mesa foi constituída pela totalidade dos seus membros, tendo o sr. DR. António Inácio Bobo Vaz Pato dado início à Assembleia pelas vinte e uma horas e dez minutos. Segundo a ordem de trabalhos, o sr. Manuel José Bobo Seixas procedeu à leitura da ata da Assembleia anterior, que foi votada e aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto seguinte tomou a palavra o sr. Presidente do Conselho de Administração Dr. Álvaro de Almeida Hendade que referiu as dificuldades que as IPSS's em geral têm vindo

Viterbo
9

a atravessar, tornando-se complicado corresponder às necessidades daqueles que efetivamente necessitam de apoio.

Subjetando-se do relatório de gestão, referiu ainda o crescimento que a atividade da Instituição verificou no decorrer do ano, em resultado da vinda de utentes de outros locais para a realização de exames complementares de diagnóstico.

Salientou o facto de se ter verificado um acréscimo de episódios médicos em prejuízo dos episódios cirúrgicos, em consequência da nova tabela de Grupos de Diagnóstico Homogêneos imposta. Relativamente à Unidade Local de Saúde, referiu que esta ainda não se encontra em funcionamento pleno uma vez que o Município se comprometeu a disponibilizar um apoio para esta atividade, o que até à data ainda não se verificou. Foram explicados os investimentos realizados e os contributos que estes proporcionam para a Instituição, tendo-se salientado a construção das novas instalações do infanteiro; a remodelação do circuito de aquecimento do hospital através da implementação de um novo coletor e de uma caldeira a pellets; a instalação de uma nova caldeira a pellets no edifício do 2º e a nível da informática o facto de, apesar de se ter procedido à implementação de um novo servidor, o sistema ainda não estar em funcionamento como se pretendia para dar respostas às solicitações. Por fim e relativamente aos recursos humanos, informou que alguns dos colaboradores que prestavam serviço na instituição como independentes foram passado a usufruir de um contrato sem termo por ser da mais inteira justiça premiar a sua dedicação. Explicados todos estes pontos de interesse, o Sr. Presidente da mesa colocou a votação os documentos apresentados tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. Foi ainda aprovada a transferência do resultado líquido positivo no valor de duzentos e cinquenta e dois mil oitocentos e seis euros e sessenta e oito cêntimos para a conta de resultados transitados.

De seguida o Sr. Dr. Pedro Oliveira a pedido da Sr.ª Dr.ª Húlia

José Taleão de Brito procedeu à leitura da ata numero cin-
quenta e sete do Conselho Fiscal que recomenda a apro-
vação das contas e relatório do ano dois mil e treze. Depois
de lida foi elevada a votação e aprovada por unanimidade.
Passou-se então ao ponto d), onde o SR. DR. Álvaro Hendrade
explicou as principais alterações estatutárias que resultam
da adequação dos estatutos à nova lei-quadro das associações.
Antes de dar a sessão por encerrada o SR. Daniel José
Lobo de Seixas abordou o assunto relativo ao projeto das
"Casinhas" tendo sido analisados alguns aspetos que pode-
rão ser favoráveis quando da implementação deste projeto.
Não havendo quem mais usasse da palavra o SR. DR. António
Vomatto deu a sessão por encerrada pelas vinte e duas
horas e quarenta e cinco minutos não mais havendo a
registro, foi lavrada a presente ata que, depois de lida,
será assinada pelos membros que constituem a mesa. —

António Vomatto

Francisco Siqueira